

Apresentação

É importante ressaltarmos um dos papéis da escola, e talvez o mais importante, no que se refere ao ensino de língua portuguesa: a ampliação do repertório linguístico de crianças e adolescentes. Hoje, talvez a grande questão que se deva colocar diante da ideia equivocada que se disseminou de Norte a Sul deste país, de que não se deve ensinar gramática, é a de como se ensinar gramática. Isso porque nos parece impensável refletir sobre a língua sem embasamento acerca do conhecimento gramatical, seja como conhecimento epilinguístico, sobre normas ou como produção de sentido no texto. O ensino de gramática nas escolas, sobretudo na última década, tem revelado a fragilidade nas discussões, nas interpretações e na implementação do que significa ensinar língua portuguesa para falantes nativos. O ensino, muitas vezes, guiado por uma visão aligeirada sobre pesquisas em torno da temática da gramática, acaba absorvendo concepções equivocadas como a de que não se deve mais ensinar gramática na escola. Contudo, a linguística contemporânea tem construído, em algumas subáreas, de modo mais particular, um sólido conhecimento sobre a natureza da gramática e da língua portuguesa embasado em teorias gramaticais várias e que se colocam como fundamentais se levarmos a termo a função de ampliação do repertório linguístico dos alunos da escola brasileira. Assim, temos hoje subsídios para redimensionar o ensino de gramática, mas em hipótese alguma para descartá-lo. Afinal, como seria possível refletir sobre a língua, conforme orientação presente também nos PCNs de Língua Portuguesa, sem o amparo de um conhecimento sistematizado sobre a questão primeira do por que, para quem e como as expressões linguísticas significam o que significam?

Na esteira dessas reflexões, lançou-se a proposta deste dossiê temático sobre o ensino de língua portuguesa, considerando os aspectos teóricos e metodológicos do ensino de gramática. Essa é a temática que orienta as discussões dos sete artigos, da resenha e da entrevista que compõem este dossiê.

Silvia Rodrigues Vieira, no artigo “Ensino de Português e o contínuo fala-escrita: o caso das estratégias de relativização”, enfoca o aspecto da relativização com o propósito de subsidiar o ensino de língua portuguesa nas salas de aula brasileiras, tanto no que se

refere à modalidade oral, como escrita da língua. A autora inicia a discussão aludindo o propósito do ensino de língua presente em materiais didáticos e nas diretrizes nacionais para o ensino desta disciplina e chama a atenção para o fato de que embora o foco seja o ensino do que chamamos norma culta, não se verificam, na maior parte dos materiais didáticos, atividades que possibilitem a reflexão sobre os diferentes fenômenos morfossintáticos entre a diversidade de gêneros textuais orais e escritos. Assim, por meio de estratégias de relativização, a autora oferece subsídios para atividades epilinguísticas para o ensino de gramática.

Verônica Morales da Silva e Leonor Simioni, no artigo “Crase sem crise”, discutem e apresentam uma proposta metodológica para o ensino da crase em uma turma do 9º ano do ensino fundamental a partir de dados de alunos de uma escola municipal da cidade de Jaguarão/RS. As autoras partem do pressuposto de que é fundamental o ensino da gramática para a formação de sujeitos que pensam e refletem sobre a língua. Assim, o emprego da crase se mostra um dos conteúdos gramaticais de maior dificuldade de assimilação por parte dos estudantes na disciplina de língua portuguesa. Esta proposta consiste em motivar o ensino da crase, a partir da apresentação de uma regra única de emprego, conforme Luft (2014), a qual procura desenvolver as habilidades discursivas desses alunos por meio do desenvolvimento do gênero notícia *on-line*. Com esta proposta, as autoras põem em relevo a necessidade de se pensarem estratégias de ensino deste e de outros conteúdos gramaticais, vislumbrando a reestruturação das práticas de ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

Raquel Meiter Ko Freitag, em seu artigo intitulado “A mudança linguística, a gramática e a escola”, inicia sua discussão problematizando o desafio que a escola enfrenta diante da concepção de língua emanada da tradição gramatical, contraposta à noção de língua em sua dimensão heterogênea e variável. Deste ponto em diante, o estudo se estrutura à luz de duas questões: qual é o papel da escola na mudança linguística? E qual é o papel da gramática na escola? Assim, segundo a autora, levando em conta as diretrizes nacionais para o ensino de língua portuguesa, não é função da escola a recuperação de formas linguísticas em desuso, mas sim levar os alunos ao conhecimento da pluralidade de normas. Se interpretarmos a recuperação de formas linguísticas

obsoletas como parte do conjunto de normas, então, a escola terá a tarefa de definir o limite de sua imersão diacrônica dos fenômenos linguísticos.

Leive de Queiroz Gianezi e Cleonice Candida Gomes, em estudo intitulado “Um estudo comparativo dos processos de derivação prefixal e composição na gramática tradicional”, realizam uma análise sobre o aspecto da prefixação apresentado pelas gramáticas normativas (ou gramáticas tradicionais). Neste artigo, as autoras revelam e examinam o conflito sobre a apresentação da prefixação entre as gramáticas normativas, as quais ora concebem a formação de uma determinada palavra como fruto de derivação e ora como processo de composição. A comparação feita é entre a “Nova gramática do português contemporâneo”, de Cunha & Cintra (2013), e a “Moderna gramática portuguesa”, de Evanildo Bechara (2002), as quais são analisadas com base nas discussões de Rocha (2008). Com base nessa comparação, as autoras defendem que o professor precisa entender as duas perspectivas apresentadas para o mesmo aspecto linguístico e, preferencialmente, priorizar uma forma de abordagem sincrônica, visto que os estudantes apresentam conhecimento sobre a língua num momento específico, para somente num segundo momento partir para uma abordagem diacrônica, conforme orientam, na maioria das vezes, as gramáticas tradicionais.

Tamires Pereira Duarte Goulart, no artigo “Aquisição dos verbos irregulares do Português Brasileiro: evidências de aquisição tardia e uma perspectiva para o ensino”, investiga a aquisição dos verbos irregulares: dizer, fazer, satisfazer, trazer, poder, ter, perder, medir, ouvir e pedir por estudantes brasileiros de 06 a 09 anos de idade. Com a utilização de dois instrumentos previamente desenhados para que as situações de produção de fala das crianças fossem as mais naturais possíveis, o artigo contrasta o uso da flexão de verbos regulares e irregulares, nos modos indicativo e subjuntivo. Fatores como idade, escolaridade e frequência verbal são destacados e analisados, compondo assim a discussão sobre o processo de aquisição da linguagem e o papel do ensino da língua portuguesa nas escolas.

Cecília Maria Tavares Dias, em seu artigo “Leitura, gramática e escrita: tríade necessária para o ensino de Língua Portuguesa na construção do gênero entrevista com abordagem sobre variação linguística”, realiza uma reflexão sobre a prática docente,

enfocando o ensino da produção textual a partir do gênero entrevista. Nesse artigo, a autora descreve o trabalho realizado em uma turma de 9º ano, tendo em vista uma metodologia de sequência didática em que estão presentes e ativos aspectos da variação linguística, da leitura, da escrita e do ensino de gramática. Com essa perspectiva, a autora discute a possibilidade de práticas motivadoras para o ensino da língua materna que levem os estudantes a desenvolverem a competência discursiva.

Amanda Machado Chraim e Suziane da Silva Mossmann, no artigo “A perspectiva enunciativista e a prática de análise linguística: encaminhamentos de ordem metodológica”, apresentam uma proposta metodológica para o trabalho em uma turma do 9º ano, com um dos eixos do ensino de língua portuguesa ainda pouco compreendido: a análise linguística. Tal proposta, ancorada nas concepções de língua e linguagem do círculo de Bakhtin, convida o leitor a refletir sobre os diferentes entendimentos que a prática pedagógica tem conferido à educação linguística na Educação Básica e a construir uma perspectiva em que o texto é concebido como enunciação e a língua, como mediadora.

Cristina Prim e Sabrina Casagrande resenham a obra “Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino”, organizada por Zilles e Faraco e lançada em 2015. Nesta, as autoras enfatizam as propostas centrais da obra, as quais apontam para a imprescindibilidade de se repensar o ensino de português, embasando-se em reflexões como a do caráter variável das línguas humanas, noção que já não é nova nem na academia, tampouco nas escolas. Destacam, em tempo, o fato de que não atingimos ainda este ideal, já que muitos são os defensores da “norma curta”. Além disso, ressaltam a observação de que estamos ainda mais distantes tanto de ver o fim do preconceito, ao abordarmos o tema da variação linguística, quanto de vermos implementadas aulas de português guiadas inteiramente por esta concepção, visto que na maior parte das vezes, reservam-se algumas poucas aulas para tratar da temática. É fundamental que a noção de variação linguística perpassasse toda a disciplina de língua portuguesa e que se compreenda que a variação linguística não se revela apenas na modalidade oral da língua, mas também se manifesta na língua escrita. Assim, ao longo da obra, o foco é propor uma pedagogia da variação linguística em detrimento da “pedagogia do erro”.

Heloísa Maria Moreira Lima Salles, em entrevista à Revista PerCursos, dialoga sobre gramática e o ensino de língua portuguesa, como reflexo de sua vasta experiência como professora e pesquisadora da área de Linguística na Universidade de Brasília. Em resposta ao que entenderia pelo termo polissêmico “gramática”, a entrevistada situa a base epistemológica da qual parte a perspectiva chomskiana de língua, reafirmada na segunda questão, enfatizando que o “trabalho” com o ensino de língua deve ser concebido como processual. Isso porque se inicia já na Educação Infantil e se estende ao longo dos 12 anos do processo de escolarização. Nesse sentido, a pesquisadora entende que o ensino da leitura e da escrita é indissociável do trabalho com gramática, ou seja, é inerente ao desenvolvimento e uso da língua. Tal posicionamento antecipa e responde a questão da eliminação do ensino de gramática na sala de aula, pois, segundo Salles, é necessário superar o afastamento entre o ensino de gramática e as práticas de leitura e de escrita. A entrevista encerra com a pesquisadora abordando o aspecto do ensino bilíngue nas escolas brasileiras, o qual não pode ser ignorado, em especial, LIBRAS, línguas indígenas e de imigrantes que escolhem nosso país para se fixarem.

Diante do exposto, esperamos que este volume que trazemos a público neste dossiê temático da PerCursos possa contribuir com a discussão acerca da necessidade de (re)pensarmos o ensino de gramática nos bancos escolares, sobretudo na Educação Básica.

Boa leitura!

Lucilene Lisboa de Liz, Dalva Maria Alves Godoy, Marco Antonio Martins

Organizadores

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos
Volume 18 - Número 37 - Ano 2017
revistapercursos@gmail.com